DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO
Imprensa Oficial instituída pela Lei n° 596 de 20 de agosto de 2018

ANO I – SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022 – EDIÇÃO Nº 159

## SUMÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL.....1

PREFEITURA MUNICIPAL.....3

PREFEITURA MUNICIPAL.....9

## LEI MUNICIPAL Nº 670 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

***ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE SANTA FE DO ARAGUAIA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023.***

A Prefeita Municipal de SANTA FE DO ARAGUAIA - ESTADO DO TOCANTINS, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

### TÍTULO I
### DO CONTEÚDO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do Município de Santa Fe do Araguaia, para o exercício financeiro de 2023, nos termos das disposições constitucionais, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

### TÍTULO II
### DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

### CAPÍTULO I
### *DA ESTIMATIVA DA RECEITA*

Art. 2º. A Receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é no valor de R$ 48.881.639,00 (quarenta e oito milhões oitocentos e oitenta e um mil seiscentos e trinta e nove reais).

Art. 3º. A Receita decorrerá da arrecadação de tributos, contribuições e outras receitas correntes e de capital, previstos na legislação vigente e estimadas com o seguinte desdobramento:

| TÍTULOS | TOTAL |
|---|---|
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 1.278.899,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 135.700,00 |
| RECEITA SERVIÇOS | 1.384.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 33.168.740,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 |
| **SUB-TOTAL** | **35.967.339,00** |
| | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 |
| OPERAÇÃO DE CRÉDITO | 10.000.000,00 |
| TRANFERÊNCIAS DE CAPITAL | 4.460.750,00 |
| **SUB-TOTAL** | **14.460.750,00** |
| | |
| (R) DEDUÇÕES DA RECEITA | -1.546.450,00 |
| **SUB-TOTAL** | **-1.546.450,00** |
| **TOTAL GERAL** | **48.881.639,00** |

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO
Imprensa Oficial instituída pela Lei n° 596 de 20 de agosto de 2018
ANO I – SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022 – EDIÇÃO Nº 159

Art. 4º. A Receita será realizada com base na arrecadação direta das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e de outras rendas na forma da legislação em vigor, de acordo com os códigos, denominações e detalhamentos da Receita Pública, instituídos pelas Portarias do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, que aprova o Manual de Procedimentos da Receita Pública.

**CAPÍTULO II**
***DA FIXAÇÃO DA DESPESA***

Art. 5º. A Despesa total fixada é no valor de R$ 48.881.639,00 (quarenta e oito milhões oitocentos e oitenta e um mil seiscentos e trinta e nove reais).

I - Orçamento fiscal e da Seguridade Social em R$ 48.881.639,00 (quarenta e oito milhões oitocentos e oitenta e um mil seiscentos e trinta e nove reais).

Art. 6º. A Despesa fixada à conta dos recursos previstos neste capítulo, observado a programação anexa a esta Lei, apresenta o seguinte desdobramento:

**I - Por Órgãos:**

| DISCRIMINAÇÃO | FISCAL | TOTAL |
|---|---|---|
| **FUNDEB** | 7.296.000,00 | 7.296.000,00 |
| **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** | 3.946.500,00 | 3.946.500,00 |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | 5.000,00 | 5.000,00 |
| **SEC DE INDÚSTRIA COM. CIÊNCIA, TECNOLOGIA** | 95.000,00 | 95.000,00 |
| **SECRETARIA CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO** | 630.000,00 | 630.000,00 |
| **SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO** | 5.075.000,00 | 5.075.000,00 |
| **SECRETARIA DA FAZENDA** | 281.200,00 | 281.200,00 |
| **SECRETARIA DE AGRICULTURA** | 806.999,00 | 806.999,00 |
| **SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA** | 15.738.800,00 | 15.738.800,00 |
| **SECRETARIA DE JUVENTUDE E CULTURA** | 250.000,00 | 250.000,00 |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER** | 575.500,00 | 575.500,00 |
| **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | 69.000,00 | 69.000,00 |
| **CÂMARA MUNICIPAL** | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 |
| **SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO** | 1.033.500,00 | 1.033.500,00 |
| **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | 10.179.140,00 | 10.179.140,00 |
| **FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE - FIA** | 69.100,00 | 69.100,00 |
| **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | 1.630.900,00 | 1.630.900,00 |
| **TOTAL GERAL** | **48.881.639,00** | **48.881.639,00** |

**CAPÍTULO III**
***DAS AUTORIZAÇÕES***

Art. 7º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares nos limites e com os recursos abaixo indicados:

a) decorrentes de superávit financeiro até o limite de 100 % (cem por cento) do mesmo, de acordo

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO
Imprensa Oficial instituída pela Lei n° 596 de 20 de agosto de 2018
ANO I – SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022 – EDIÇÃO Nº 159

com o estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso I e § 2º da Lei 4.320/64;

b) decorrentes do excesso de arrecadação até o limite de 100 % (cem por cento) do mesmo, conforme estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso II e §§ 3º e 4º da Lei 4.320/64;

c) decorrentes de anulação parcial ou total de dotações na forma definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023, até o limite de 65% (sessenta e cinco por cento) das mesmas, conforme o estabelecido no art. 43, § 1º, Inciso III da Lei 4.320/64, e com base no Art. 167, Inciso VI da Constituição Federal.

d) decorrentes de alteração de QDD, permitindo inclusive a criação de elementos e sub elementos necessários à execução da despesa deste que atenda a categoria econômica a ser reduzida.

II - Efetuar operações de créditos por antecipação da receita, nos limites fixados pelo Senado Federal e na forma do disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2023.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins.

**Vicença Vieira Dantas Lino da Silva**
**Prefeita Municipal**
**Adm: 2021/2024**

## Lei Municipal nº 669 de 19 de dezembro de 2022

***"Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2023 e dá outras providências."***

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA**, no interesse superior e predominante do Município e em cumprimento ao Mandamento Constitucional, estabelecido no §2º do Art. 165, da Carta Federal, em combinação com a Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000, APROVOU e Eu, na condição de Prefeita Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I
### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º -** Observar-se-ão, quando da feitura da Lei, de meios a viger a partir de 1º de janeiro de 2023 e para todo o exercício financeiro, as Diretrizes orçamentárias estatuídas na presente Lei, por mandamento do §2º do Art. 165 da novel Constituição da República, bem assim da Lei Orgânica do Município, em combinação com a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, compreendendo:

I - Orientação à elaboração da Lei Orçamentária;

II - Diretrizes das Receitas; e

III - Diretrizes das Despesas;

**Parágrafo Único -** As estimativas das receitas e das despesas do Município, sua Administração Direta, obedecerão aos ditames contidos nas Constituições da República, do Estado do Tocantins, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal n.º 4.320/64 e alterações posteriores, inclusive as normatizações emanadas do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e, ainda, aos princípios contábeis geralmente aceitos.

### SEÇÃO I
### DA ORIENTAÇÃO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

**Art. 2º -** A elaboração da proposta orçamentária

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO
Imprensa Oficial instituída pela Lei n° 596 de 20 de agosto de 2018
ANO I – SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022 – EDIÇÃO Nº 159

para o exercício de 2023, e abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas autarquias, fundações, fundos e entidades da administração direta e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal, aplicável à espécie, com vassalagem às disposições contidas no Plano Plurianual de Investimentos e as diretrizes estabelecidas na presente lei, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, formulados e avaliados segundo suas prioridades.

**Parágrafo Único -** É vedada, na Lei Orçamentária, a existência de dispositivos estranhos à previsão da Receita e à fixação da Despesa, salvo se relativos à autorização para abertura de Créditos Suplementares e Contratação de Operações de Crédito, ainda que por antecipação de receita.

**Art. 3º -** A proposta orçamentária para o exercício de 2023, conterá as prioridades da Administração Municipal estabelecidas no ANEXO I, da presente lei e deverá obedecer aos princípios da universalidade, da unidade e da anuidade, bem como identificar o Programa de Trabalho a ser desenvolvimento pela Administração.

**Parágrafo Único -** O Programa de Trabalho, a que se refere o presente artigo, deverá ser identificado, no mínimo, ao nível de função e subfunção, natureza da despesa, projeto atividades e elementos a que deverá acorrer na realização de sua execução, nos termos da alínea "c", do inciso II, do art. 52, da Lei Complementar nº 101/2000, bem assim do Plano de Classificação Funcional Programática, conforme dispõe a Lei nº 4320/64.

**Art. 4º -** A proposta parcial das necessidades da Câmara Municipal será encaminhada ao Executivo, tempestivamente, a fim de ser compatibilizada no orçamento geral do município.

**Art. 5º -** A proposta orçamentária para o exercício de 2023 compreenderá:

I - Mensagem;

II - Demonstrativos e anexos a que se refere o art. 3º da presente lei;

III - Relação dos projetos e atividades, com detalhamento de prioridades e respectivos valores orçados, de acordo com a capacidade econômica - financeira do Município.

**Art. 6º -** A lei Orçamentária Anual autorizará, nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir Créditos Adicionais especiais, de natureza suplementar e adicional, até o limite de 65% (sessenta e cinco *por cento*) do total da despesa fixada na própria Lei, utilizando, como recursos, a anulação de dotações do próprio orçamento, bem assim excesso de arrecadação do exercício, realizado e projetado, como também o *superávit* financeiro, se houver, do exercício anterior.

**Art. 7º -** O Município aplicará **25% (*vinte e cinco por cento*)**, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**Art. 8º -** O Município contribuirá com **15%** (***quinze por cento***), das transferências provenientes do, ICMS, do FPM e do IPI/Exp., para formação do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, com aplicação, no mínimo, de **60%** (***sessenta por cento***) para remuneração dos profissionais do Magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público e, no máximo **40%** (***quarenta por cento***) para outras despesas.

**Art. 9º -** A requisição de pequeno valor do Município de Santa Fé do Araguaia corresponderá, no mínimo, ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social, atendendo as disposições constitucionais previstas no § 4º do artigo 100 da CF/88.

**Parágrafo Único –** Os pagamentos da Fazenda Municipal que superarem os valores desse artigo se farão por meio dos Precatórios.

**SEÇÃO II**
**DAS DIRETRIZES DA RECEITA**

**Art. 10º -** são receitas do Município:

I - os Tributos de sua competência;

II - a quota de participação nos Tributos arrecadados pela União e pelo Estado do Tocantins;

III - o produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidentes na fonte, sobre rendimentos, a qualquer título, pagos pelo Município, suas autarquias e fundações;

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO
Imprensa Oficial instituída pela Lei n° 596 de 20 de agosto de 2018
ANO I – SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022 – EDIÇÃO Nº 159

IV - as multas decorrentes de infrações de trânsito, cometidas nas vias urbanas e nas estradas municipais;

V - as rendas de seus próprios serviços;

VI - o resultado de aplicações financeiras disponíveis no mercado de capitais;

VII - as rendas decorrentes do seu Patrimônio;

VIII - a contribuição previdenciária de seus servidores; e

IX - outras.

**Art. 11 -** Considerar-se-á, quando da estimativa das Receitas:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar os resultados dos ingressos em cada fonte;

II - as metas estabelecidas pelo Governo Federal para o controle da economia com reflexo no exercício monetário, em cortejo com os valores efetivamente arrecadados no exercício de 2022 e exercícios anteriores;

III - o incremento do aparelho arrecadador Municipal, Estadual e Federal que tenha reflexo no crescimento real da arrecadação;

IV - os resultados das Políticas de fomento, incremento e apoio ao desenvolvimento Industrial, Agro-pastoril e Prestacional do Município, incluindo os Programas, Públicos e Privados, de formação e qualificação de mão-de-obra;

V - as isenções concedidas, observadas as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000, publicada no Diário Oficial da União em 05/05/2000.

VI - evolução da massa salarial paga pelo Município, no que tange o Orçamento da Previdência;

VII - a inflação estimada, cientificamente, previsível para o exercício de 2023,

VIII - outras.

**Art. 12 -** Na elaboração da Proposta Orçamentária, as previsões de receita observarão as normas técnicas legais, previstas no art.12 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000.

**Parágrafo Único -** A Lei orçamentária:

I - autorizara a abertura de créditos suplementares para reforço de dotações orçamentárias, em percentual mínimo de até 65% (sessenta e cinco por cento), do total da despesa fixada, observados os limites do montante das despesas de capital, nos termos do inciso III, do artigo 167, da Constituição Federal;

II - conterá reserva de contingência, destinada ao reforço de dotações orçamentárias que se revelarem insuficiente no decorrer do exercício de 2023, nos limites e formas legalmente estabelecidas. Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 13 -** A receita devera estimar a arrecadação de todos os tributos de competência municipal, assim como os definidos na Constituição Federal.

**Art. 14 -** Na proposta orçamentária a forma de apresentação da receita deverá obedecer à classificação estabelecida na Lei nº 4.320/64.

**Art.15 -** O orçamento municipal devera consignar como receitas Orçamentárias todos os recursos financeiros recebidos pelo Município, inclusive os provenientes de transferências que lhe venham a ser feitas por outras pessoas de direito publico ou privado, que sejam relativos a convênios, contratos, acordos, auxílios, subvenções ou doações, excluídas apenas aquelas de natureza extra-orçamentária, cujo produto não tenham destinação a atendimento de despesas publicas municipais.

**Art. 16 -** Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, que serão objetos de projetos de leis a serem enviados a Câmara Municipal, no prazo legal e constitucional.

**Parágrafo único -** Os projetos de lei que promoverem alterações na legislação tributária observarão:

I - revisão e adequação da Planta de Genérica de Valores dos Imóveis Urbanos;

II- revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano, sem ultrapassar os limites máximos já fixados em lei, respeitadas a capacidade econômica do contribuinte e a função social da propriedade.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO
Imprensa Oficial instituída pela Lei n° 596 de 20 de agosto de 2018
ANO I – SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022 – EDIÇÃO Nº 159

III - revisão e majoração das alíquotas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
IV - revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos dos serviços prestados;

V - instituição e regulamentação da contribuição de melhorias sobre obras públicas.

**SEÇÃO III**
**DAS DIRETRIZES DAS DESPESAS**

**Art. 17 -** Constituem despesas obrigatórias do Município:

I - as relativas à aquisição de bens e serviços para o cumprimento de seus objetivos;
II - as destinadas ao custeio de Projetos e Programas de Governo;

III - as decorrentes da manutenção e modernização da Máquina Administrativa;
IV - os compromissos de natureza social;

V - as decorrentes dos pagamentos ao pessoal do serviço público, inclusive encargos;
VI - as decorrentes de concessão de vantagens e/ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como admissão de pessoal, pelos poderes do Município, que, por força desta Lei, ficam prévia e especialmente autorizados, ressalvados as empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista;

VII - o serviço da Dívida Pública, fundada e flutuante;

VIII - a quitação dos Precatórios Judiciais e outros requisitórios;

IX - a contrapartida previdenciária do Município;

X - as relativas ao cumprimento de convênios;

XI - os investimentos e inversões financeiras; e

XII - outras.

**Art. 18 -** Considerar-se-á, quando da estimativa das despesas;

I - os reflexos da Política Econômica do Governo Federal;

II - as necessidades relativas à implantação e manutenção dos Projetos e Programas de Governo;

III - as necessidades relativas à manutenção e implantação dos

Serviços Públicos Municipais, inclusive Máquina Administrativa;

IV - a evolução do quadro de pessoal dos Serviços Públicos;

V - os custos relativos ao serviço da Dívida Pública, no exercício de 1899;

VI - as projeções para as despesas mencionadas no artigo anterior, com observância das metas e objetos constantes desta Lei; e

VII - outros.

**Art. 19 -** Na fixação das despesas serão observadas as prioridades constantes do anexo I, da presente lei.

**Art. 20 -** As despesas com pessoal e encargos sociais, ou concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, só poderá ter aumento real em relação ao crescimento efetivo das receitas correntes, desde que respeitem o limite estabelecido no art. 71, da Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000.

**Art. 21 -** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do Art. 153 e nos Art. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

**Parágrafo único -** De acordo com o inciso I do artigo 29-A da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 25, de 14/02/2000) o percentual destinado ao Poder Legislativo de Santa Fé do Araguaia é de 7% (*sete por cento*).

**Art. 22 -** De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal no seu inciso VII, o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de **5%** (***cinco por cento***) da receita do município.

**Art. 23 -** As despesas com pagamento de precatórios judiciários correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em operações especiais e específicas, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

**Art. 24 -** Os projetos em fase de execução desde que revalidados à luz das prioridades estabelecidas nesta lei, terão preferência sobre os novos projetos.

**Art. 25 -** A Lei Orçamentária, poderá consignar recursos para financiar serviços de sua responsabilidade a serem executados por entidades de direito privado, mediante convênios e contratos, desde que sejam da conveniência do governo municipal e
tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

**Art. 26 -** O Município deverá investir prioritariamente em projetos e atividades voltados à infância, adolescência, idosos, mulheres e gestantes buscando o atendimento universal à saúde, assistência social e educação, visando melhoria da qualidade dos serviços.

**Art. 27 -** É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município para clubes, associações e quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches, escolas para atendimento de atividades de pré-escolas, centro de convivência de idosos, centros comunitários, unidades de apoio a gestantes, unidade de recuperação de toxicômanos e outras entidades com finalidade de atendimento às ações de assistência social por meio de convênios.

**Art. 28 -** O Poder Executivo, com a necessária autorização Legislativa, poderá firmar convênios com outras esferas governamentais e não governamentais, para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, habitação, abastecimento, meio ambiente, assistência social, obras e saneamento básico.

**Art. 29 -** A Lei Orçamentária Anual autorizará a realização de programas de apoio e incentivo às entidades estudantis, destacadamente no que se refere à, educação, cultura, turismo, meio ambiente, desporto e lazer e atividades afins, bem como para a realização de convênios, contratos, pesquisas, bolsas de estudo e estágios com escolas técnicas profissionais e universidades.

**Art. 30 -** A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de lei especial.

**Art. 31 -** Os recursos somente poderão ser programados para atender despesas de capital, exceto amortizações de dívidas por operações de crédito, após deduzir os recursos destinados a atender gastos com pessoal e encargos sociais, com serviços da dívida e com outras despesas de custeio administrativos e operacionais.

## CAPÍTULO II
## DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

**Art. 32 -** O Orçamento da Seguridade Social abrangerá os órgãos e unidades orçamentários, inclusive fundos, fundações, autarquias que atuem nas áreas de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições previstas na Constituição Federal;

II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do orçamento fiscal; e

IV - das demais receitas diretamente arrecadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, o respectivo orçamento.

**Art. 33 -** Na elaboração do Orçamento da Seguridade Social serão observados as diretrizes específicas da área.

**Art. 34 -** As receitas e despesas das entidades mencionadas, serão estimadas e programadas de acordo com as dotações previstas no Orçamento Anual.

## CAPÍTULO III
## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO
Imprensa Oficial instituída pela Lei n° 596 de 20 de agosto de 2018
ANO I – SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022 – EDIÇÃO Nº 159

**Art. 35 -** A Secretaria de Administração e Finanças fará publicar junto a Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da despesa, por projeto, atividade, elemento de despesa e seus desdobramentos e respectivos valores.

**Parágrafo único -** Caso o projeto da Lei Orçamentária não seja aprovado até 31 de dezembro de 2022, a sua programação poderá ser executada até o limite de **1/12** (***um doze avos***) do total de cada dotação, em cada mês, até que seja aprovado pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

**Art. 36 -** O projeto de lei orçamentária do município, para o exercício de 2023, será encaminhado a câmara municipal antes de encerramento do corrente exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento de sessão legislativa.

**Art. 37 -** O Poder Executivo colocara a disposição dos demais Poderes e do Ministério Publico, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de seus projetos orçamentários, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente.

**CAPÍTULO IV**
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 38 -** Não poderão ter aumento real em relação aos créditos correspondentes ao orçamento de 2023, ressalvados os casos autorizados em Lei própria, os seguintes gastos:

I - de pessoal e respectivos encargos, que não poderão ultrapassar o limite de 54% (*cinqüenta e quatro por cento*) das receitas correntes, no âmbito do Poder Executivo, nos termos da alínea "b", do inciso III, do art. 20, da Lei Complementar nº 101/2000;

II - pagamento do serviço da dívida; e

III - transferências diversas.

**Art. 39 -** Na fixação dos gastos de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos órgãos municipais, com exclusão da amortização de empréstimos, serão respeitadas as prioridades e metas constantes desta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços já implantados.

**Art. 40** - Com vistas ao atingimento, em sua plenitude, das diretrizes, objetivas e metas da Administração Municipal, previstas nesta Lei, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo, a adotar as providências indispensáveis e necessárias à implementação das políticas aqui estabelecidas, podendo inclusive articular convênios, viabilizar recursos nas diversas esferas de Poder, inclusive contrair empréstimos observadas a capacidade de endividamento do Município, subscrever quotas de consórcio para efeito de aquisição de veículos e máquinas rodoviários, bem como promover a atualização monetária do Orçamento de 2023, até o limite do índice acumulado da inflação no período que mediar o mês de agosto a dezembro de 2023, se por ventura se fizer necessários, observados os Princípios Constitucionais e legais, especialmente o que dispuser a Lei Orgânica do Município, a Lei Orçamentária, a Lei Federal n.º 4.320/64, a lei que estabelece o Plano Plurianual e outras pertinentes a matéria posta, bem como a promover, durante a execução orçamentária, a abertura de créditos suplementares, até o limite autorizado no vigente orçamento, visando atender os elementos de despesas com dotações insuficientes.

**Art. 41 -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, para que surtam todos os seus Jurídicos e Legais efeitos e para que produza os resultados de mister para os fins de Direito.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins.

**VICENÇA VIEIRA DANTAS LINO DA SILVA**
**Prefeita Municipal**
**Adm: 2021/2024**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
PREFEITURA DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO
Imprensa Oficial instituída pela Lei n° 596 de 20 de agosto de 2018
ANO I – SANTA FÉ DO ARAGUAIA-TO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022 – EDIÇÃO Nº 159

# LEI MUNICIPAL Nº 668 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

**"ALTERA O PPA (2022/2025) EM SEUS ANEXOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

***A Prefeita Municipal de Santa do Araguaia***, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, FAZ SABER que a Câmara Municipal Aprovou, e ela Sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1 º -** Esta Lei altera o Plano Plurianual para o exercício de 2022/2025, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma do Anexo do PPA.

**Art. 2º -** O Poder Executivo ajustará as metas aos valores aprovados pela Câmara Municipal para cada programa e ação que constarão do Orçamento de 2023.

**Art. 3º -** As codificações de programas e ações deste Plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que as modifiquem**.**

**Art. 4º -** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado criar e reajustar os valores dos Programas e Ações do Plano Plurianual para o Exercício de 2023, conforme anexo do PPA.

**Art. 5º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins.

**VICENÇA VIEIRA DANTAS LINO DA SILVA**
**Prefeita Municipal**
**Adm: 2021/2024**